

O discurso de posse de Jair Bolsonaro: um governo sem ideologia?

Cleiton Douglas Barros Santos¹
Vicentina Ramires²

RESUMO: Esta pesquisa tem como objetivo discutir criticamente o discurso de posse do Presidente da República (PR), Jair Messias Bolsonaro, acerca da expressão “viés ideológico”. Apresentaremos alguns indicadores ideológicos e discursivos que são explicitados durante o pronunciamento do PR, realizado no Congresso Nacional no dia 1º de janeiro de 2019. Selecionamos trechos do pronunciamento de posse do chefe do Poder Executivo Federal, em que ele enfatiza a sua repulsa a um determinado “viés ideológico”. Essa afirmação abre precedentes para diversas análises, sobretudo as de ideologia abordados por Louis Althusser (1985), em *Aparelhos Ideológicos do Estado* (AIE); de Patrick Charaudeau (2016), no livro *A Conquista da Opinião Pública*; de Fiorin (1988), em *Discurso e Ideologia*, e Van Dijk (2008), na obra *Discurso e Poder*, além de outros teóricos da Análise do Discurso. Com base em nossos resultados, consideramos esse discurso de posse repleto de falácias discursivas de relevância (não formal), pois os argumentos ou raciocínios, embora incorretos por utilizarem premissas logicamente irrelevantes para as conclusões, podem ser psicologicamente persuasivos.

PALAVRAS-CHAVE: análise do discurso; ideologia; poder.

ABSTRACT: This research aims to critically discuss the inauguration speech of the President of the Republic (PR), Jair Messias Bolsonaro, concerning the expression “ideological bias”. We will present some ideological and discursive indicators that are explained during the pronouncement of the PR, held in the National Congress on January 1, 2019. We have selected excerpts from the inauguration pronouncement of the head of the federal Executive Branch, in which he emphasizes his disgust at a certain “Ideological bias” exposed during the inauguration ceremony. In this context, this statement sets precedents for several analyzes, especially those of ideology addressed by Louis Althusser (1985), in *Ideological Apparatus of the State* (IEA); Patrick Charaudeau (2016), in the book *The Conquest of Public Opinion*; de Fiorin (1988), in *Discourse and Ideology*, and Van Dijk (2008), in the work *Discourse and Power*. Based on our results, we consider this speech of possession to be a discursive fallacy of relevance (not formal), since it uses arguments or reasoning that, although incorrect, can be psychologically persuasive and that uses premises that are logically irrelevant to the conclusions.

KEYWORDS: discourse analysis; ideology; power.

¹ Mestrando em Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PROGEL) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Membro do grupo de pesquisa *Análise de gêneros e de discursos* da UFRPE. E-mail: cleiton.douglas@ufrpe.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3435-3958>.

² Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora titular do Departamento de Letras da Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: vicentinaramires@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3837-4473>.

1. Introdução

O Brasil é o maior país da América Latina e o quinto maior do mundo em área territorial. Sua forma de governo é a república federativa presidencialista, e a cada quatro anos se realizam as eleições presidenciais, conforme a Constituição Federal de 1988. A Carta Magna de 05 de outubro de 1988 consolidou diversos direitos aos cidadãos, fortaleceu o Estado Democrático de Direito e suas instituições. Foi redigida seguindo os princípios democráticos: liberdade de formar e aderir a organizações; respeito às minorias e combate às desigualdades sociais; liberdade de expressão; direito ao voto; elegibilidade para cargos públicos; garantia de acesso à informação; eleições livres, frequentes e legítimas, entre outros. Portanto, viver em uma democracia depois de regimes autoritários é um grande avanço institucional e reflexo de diversas lutas da nossa sociedade. Em resumo, como defendeu Abraham Lincoln (1809–1865), presidente dos Estados Unidos, “a democracia é o governo do povo, pelo povo, para o povo”.

Nesse contexto, a eleição de 2018 foi a 8ª eleição presidencial do país após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Realizada em dois turnos, o segundo foi disputado entre o professor Fernando Haddad (PT) e o militar Jair Bolsonaro (PSL), que saiu vitorioso. Ressaltamos que no primeiro turno foram treze candidatos confirmados pelas convenções partidárias, sendo essa eleição a que apresentou o maior número de candidatos em 29 anos, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A vitória do militar Jair Bolsonaro trouxe consigo a ascensão da extrema-direita e do grupo dos militares a partir dessa disputa eleitoral. Por isso, estudar o discurso de posse do presidente da República Federativa do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, torna-se algo instigante, principalmente quando ele afirma: “vamos governar sem viés ideológico”. Nesse caso, essa afirmação abre precedentes para diversas análises, sobretudo as de ideologia abordados por Louis Althusser (1985), em *Aparelhos Ideológicos do Estado* (AIE); de Patrick Charaudeau (2016), no livro *A Conquista da Opinião Pública*; de Fiorin (1988), em *Discurso e Ideologia*, e Van Dijk (2008), na obra *Discurso e Poder*.

Nesse sentido, sabemos que a sociedade necessita conhecer e identificar com criticidade os discursos que são pronunciados pelas pessoas investidas de poder, especialmente as autoridades e os políticos. Talvez para alguns isso possa ser interpretado como um pensamento utópico, pois exigiria que a população possuísse um alto nível de instrução escolar para compreender com criticidade os pronunciamentos expostos pelos agentes públicos.

Percebemos que esses agentes investidos por poderes outorgados pela população possuem um alto grau de influência ideológica, e alguns utilizam a estrutura governamental com a finalidade de alcançar o máximo de pessoas possíveis para implantar, subjetivamente, e até mesmo de forma direta, uma agenda ideológica e partidária. Por exemplo, podemos citar o período da ditadura militar (1964-1985), fase da história do Brasil bastante conturbada, que fechou o Congresso Nacional, suspendeu eleições, cassou mandatos, censurou a mídia, expulsou centenas de brasileiros do país, prendeu ilegalmente, torturou e matou opositores. Os militares após o “movimento de 64” se preocuparam em desqualificar a tomada do poder como sendo um golpe de Estado, para caracterizá-lo como “revolução”, na busca de derrotar supostamente um inimigo, o comunismo. Além disso, foi disseminado nos canais oficiais o discurso de que “a revolução foi necessária para combater a onda do comunismo (o inimigo)”, que “prejudicaria a população brasileira”.

Nesse contexto, como forma de contribuir para os estudos linguístico-discursivos atuais, esta pesquisa tem como objetivo discutir criticamente o discurso de posse do chefe

do Poder Executivo Federal, Jair Messias Bolsonaro, acerca da expressão “viés ideológico”. Serão aqui apresentados alguns indicadores ideológicos e discursivos que foram explicitados durante o pronunciamento do presidente da República, realizado no Congresso Nacional no dia 1º de janeiro de 2019.

2. Fundamentos Teóricos

Três conceitos importantes e interrelacionados para a análise nesta pesquisa devem ser trazidos à discussão, sem a pretensão de esgotá-los: poder, discurso e ideologia. Sobre eles, faremos considerações gerais com base em alguns estudiosos que já se debruçaram sobre esses temas, de forma a dar uma visão geral da base teórica desta pesquisa.

2.1. O conceito de poder

Sabemos que a ascensão ao poder está estreitamente ligada ao discurso, nas formas, por exemplo, de persuadir o cliente, o eleitor e a população em geral. Em qualquer contexto situacional, poder e discurso são ferramentas fundamentais para se comunicar, se posicionar e, principalmente, influenciar outras pessoas. Por séculos, o poder sempre foi algo cobiçado pelas pessoas como forma de dominação, controle e *status* social. A esse respeito, José Nivaldo Júnior afirma:

O poder é a única forma eficaz encontrada pela sociedade humana para viabilizar sua reprodução e sua sobrevivência. Na sociedade competitiva dos últimos seis milênios, o poder vem sendo o coroamento das outras duas maiores aspirações do ser humano: a riqueza e o prestígio. Riqueza, prestígio e poder andam juntos, através do tempo (JUNIOR, 2012, p. 28).

Ao afirmar que o “poder é a única forma eficaz encontrada pela sociedade humana para viabilizar sua reprodução e sua sobrevivência”, Nivaldo Júnior (Ibid) esclarece que, após a gradativa ascensão do pensamento filosófico e sua ruptura com o pensamento mítico, ao longo de seis milênios em que a própria humanidade segue a incessante saga ao lado da riqueza e do prestígio, pela obtenção do poder, esse passa a ser um dos projetos de ambição do ser humano.

Nesse sentido, poder e política estão fortemente interligados, especialmente em situações de tomada de decisões e na condução de uma gestão, por exemplo. Na ocasião, ressaltamos que o discurso político, especialmente após períodos eleitorais, é repleto de aspectos situacionistas que visam defender um mandato, a fim de o governante se manter no poder, bem como discursos oposicionistas, que normalmente criticam a forma de gestão anterior, considerada pelos opositores uma forma de governo prejudicial ao povo, propõem outra forma de executar ações. Assim, como afirma Fiorin (1988, p. 23), a “eleição é, antes de mais nada, um conflito de manipuladores, em que o povo escolhe um deles [situação ou oposição]”. Os discursos situacionistas e oposicionistas fazem parte do ambiente político, e essa dualidade se intensifica em ambientes eleitorais, bem como em discursos proferidos por autoridades.

O poder como controle (van DIJK, 2008) pode ser de diferentes tipos, de acordo com os recursos empregados para exercê-lo: o poder coercitivo, exercido pela força; o poder econômico, exercido pela concentração de riquezas nas mãos de alguns; o poder do conhecimento, que pode ser tão manipulador quanto libertador; e o poder das

autoridades, que podem usar os seus cargos para coagir seus subordinados. No entanto, é preciso ter claro que raramente o poder é absoluto e a submissão a ele pode se dar na forma de consenso, que, por sua vez, pode ser explicado a partir de algumas regras tácitas, que van Dijk (2008) apresenta como respostas a algumas perguntas básicas, que aqui reproduzimos.

1. Como os grupos poderosos controlam o discurso público? Principalmente pelo acesso, que basicamente é definido pelo contexto (cenário, ações, participantes, representações mentais), pelas estruturas do texto (gêneros textuais, atos de fala) e pelos temas (macroestruturas semânticas).
2. Como esse discurso controla as mentes e as ações dos indivíduos? Por duas vias: a) pela assunção de que receptores tendem a aceitar crenças, ou seja, os discursos produzidos por aqueles considerados fontes autorizadas, confiáveis ou críveis só podem ser “verdadeiros”; b) pelo desconhecimento dos receptores sobre o discurso ou informação a que são expostos.
3. Quais as consequências sociais desse controle? Os discursos podem ser responsáveis tanto pela formação como pela mudança de modelos mentais e de representações sociais.

É importante ressaltar, como o faz Wodak (2004), que:

O poder não surge da linguagem, mas a linguagem pode ser usada para desafiar o poder, subvertê-lo, e alterar sua distribuição a curto e longo prazo. A linguagem constitui um meio articulado com precisão para construir diferenças de poder nas estruturas sociais hierárquicas. (p. 237)

2.2. O conceito de discurso

O que mais importa, para os analistas de discursos na discussão do conceito de discurso, é que todos convergem para a compreensão de que o discurso deve ser visto como um modo de ação, ou seja, como uma prática que transforma o mundo e os indivíduos no mundo. Essa dimensão social do discurso, inspirada em Foucault, contribui para a construção do que é referido como "identidades sociais" e posições de sujeito, para a construção das relações sociais e para a construção de sistemas de conhecimento e crença. Assim, como afirma Mazière (2007, p. 13): “O discurso propriamente não é individual. Ele é a manifestação atestada de uma sobredeterminação de toda fala individual.”

Mainueneau (2015) apresenta de forma bem didática, se assim podemos dizer, a noção de discurso ancorada nas ciências da linguagem que atravessam o conjunto das ciências humanas e sociais, como, por exemplo, a filosofia da linguagem, a teoria dos atos de fala, a psicologia, o dialogismo, com base nos estudos de grandes nomes – Wittgenstein, Grice, Vygostky, Bakhtin, Foucault. Uma delas é que o discurso é uma **forma de ação** sobre o outro, e não apenas uma representação do mundo (p. 25). Outra noção é a de que o discurso é **interativo**, ou seja, qualquer “enunciação, mesmo produzida na ausência de um destinatário ou na presença de um destinatário que parece passivo, se dá em uma interatividade constitutiva”. (p. 26). O discurso também é **contextualizado**, o que significa dizer que o discurso tanto intervém em um contexto, como o contexto atribui um sentido ao enunciado.

É exatamente nos discursos que a eficácia da ideologia se consolida, pois esta deriva do fato de que se confere às palavras não só um sentido, mas também um poder: poder de persuasão, de convocatória, de consagração, de estigmatização (Haidar, 2000).

De forma a reforçar o efeito ideológico nos discursos, Chouliaraki & Fairclough (1999) asseveram:

O discurso, portanto, aparece de duas maneiras nas práticas: as práticas são parcialmente discursivas (falar, escrever, etc é uma forma de agir), mas também são representadas discursivamente. Na medida em que tais representações ajudam a sustentar relações de dominação no interior dessas práticas, elas são ideológicas³. (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999, p. 37)

2.3. O conceito de ideologia

O conceito de ideologia não é menos complexo que os anteriores. Thompson (1990) aponta que esse conceito surgiu no século XVIII na França e tem sido utilizado numa gama de funções e significados ao longo desses mais de dois séculos. Para ele, ideologia refere-se a processos e formas sociais no interior dos quais e por meio dos quais circulam formas simbólicas no mundo social. Dessa forma, o estudo da ideologia é o estudo “de como o significado é construído e transmitido através de formas simbólicas de vários tipos”.

A importância para a AD da compreensão da noção de ideologia remete ao modo como Marx e Engels a concebem “(...) a separação que se faz entre a produção das idéias e as condições sociais e históricas em que são produzidas” (BRANDÃO, 2000, p. 19). Como é a classe dominante que produz as idéias que mascaram a realidade social, esta as impõe a toda a sociedade, resultando nas condições ideais para perpetuação do status quo. Foi exatamente esta visão que caracterizou a AD na primeira fase, com base no que Althusser definia como sendo ideologia, isto é, uma releitura de Marx, no tocante à questão da ideologia, concebida como “falsa consciência”, um instrumento que permite a continuação da dominação de classe por meio de dois importantes mecanismos para este fim: os ARE (Aparelhos de Repressão do Estado) e os AIE (Aparelhos de Ideológicos do Estado), que atuam sistematicamente para consolidação da ideologia dominante, por meio de mecanismos de perpetuação ou de reprodução das condições materiais, ideológicas e políticas de exploração. Para a descrição do funcionamento da ideologia, Althusser formula três postulados:

- a) A ideologia representa a relação imaginária de indivíduos com suas reais condições de existência.
- b) A ideologia tem existência porque existe sempre num aparelho e na sua prática ou suas práticas.
- c) A ideologia interpela os indivíduos como sujeitos.

³ No original: “Discourse therefore figures in two ways within practices: practices are partly discursive (talking, writing, etc. is one way of acting), but they are also discursively represented. In so far as such representations help sustain relations of domination within the practice, they are ideological. (CHOULIARAKI, Lilie & FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in Late Modernity**: rethinking critical discourse analysis. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999)

3. Metodologia

Esta pesquisa seleciona trechos do pronunciamento de posse do PR, em que ele enfatiza a sua repulsa a um determinado “viés ideológico”. Utilizamos o texto oficial disponibilizado na íntegra nos anais da Biblioteca da Presidência da República. Ao final, apresentaremos os resultados desta pesquisa, que expõem as nossas considerações em relação aos resultados obtidos. Assim como afirma Van Dijk (2008, p. 12), “o discurso não é analisado apenas como objeto ‘verbal’ autônomo, mas também como uma interação situada, como uma prática social ou como um tipo de comunicação numa situação social, cultural, histórica ou política”.

Ao analisarmos o pronunciamento de posse do presidente, procuraremos perceber tendências ideológicas da época, além de conhecer o momento histórico e a situação econômica do país, pois sabemos que o discurso está vinculado ao lugar do social, enquanto o texto se situa de forma individual, mas o mesmo discurso pode surgir em muitos textos diferentes, como afirma Fiorin:

O discurso não é um amontoado de frases, mas é regido por leis de estruturação, para que ganhe sentido. Esses mecanismos de estruturação discursiva, sua sintaxe, são dotados de uma relativa autonomia em relação às formações sociais. Mecanismos como o discurso direto, o discurso indireto, o discurso indireto livre, uma vez criados, podem veicular conteúdos de distintas formações ideológicas. Isso significa que o lugar por excelência da manifestação ideológica é o nível semântico do discurso. (FIORIN, 1988, p. 7)

Para estudar o discurso de posse do chefe de Estado e de governo, Jair Bolsonaro, faz-se necessário analisarmos quais os direcionamentos ideológicos, sua futura forma de governo e suas expectativas de gestão, além de ser também importante perceber que valores ideológicos estão sendo veiculados nesse discurso.

Em outras palavras, como afirma Fiorin (1988), não podemos apenas selecionar trechos e analisar discursos de forma isolada e aleatória, mas precisamos estudar de forma estruturada e observar a conjuntura daquela época, o lugar de fala, o ator, entre outros fatores que influenciam nas percepções discursivas. Se não seguirmos esses preceitos fundamentais, estaremos indo na contramão dos conceitos da AD e da ACD. Assim, o objeto das nossas análises não é uma fala e nem um texto, mas todo um discurso, de forma a ampliar os horizontes da nossa investigação.

3. Discussão e comentário

Diante das nossas observações, pudemos perceber que o pronunciamento de posse realizado no Congresso Nacional apresenta um registro formal, com detalhes mais estratégicos e técnicos, diferentemente da saudação realizada no parlatório, que fica localizado no Palácio do Planalto, onde o discurso fica mais eloquente e emocionante, com uma linguagem mais informal e popular para sociedade em geral, além de possuir uma linha discursiva mais comemorativa e de agradecimento à nação. No Congresso Nacional percebemos uma explanação discursiva com mais detalhes, com informações políticas e agregadoras, além de apresentar um diagnóstico do país, remetendo-se à conjuntura política do momento. Além de declarar o compromisso constitucional, jurando “manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil” (BRASIL, 1988), o empossado está perante o Congresso Nacional repleto de autoridades nacionais

e internacionais. Por isso, esse tipo de discurso possui uma exposição mais ampla e detalhada. Ademais, o chefe do Poder Executivo Federal declara suas intenções e sua visão futura durante os quatro anos de mandato que lhe foram outorgados pela população brasileira. De qualquer forma, “todo discurso político, na democracia, é por definição demagógico, na medida em que procura aprovação do povo e se empenha em ajudá-lo, tranquilizá-lo, arrebatá-lo numa esperança de bem-estar social”. (CHARAUDEAU, 2016, p. 107)

Patrick Charaudeau, professor emérito da Universidade de Paris-Nord (Paris XIII) e fundador do *Centre d'Analyse du Discours* (CAD), a partir de seus arcabouços teóricos pertinentes para nossas observações, nesse caso, permite-nos inferir que a solenidade de posse traz uma ideia de esperança, buscando dias melhores para a sociedade. As esperanças afloram e as expectativas de realizar uma gestão exitosa se tornam algo que precisa ser alcançado. “A política é o que mantém no cerne da sociedade a esperança de um futuro melhor. A fala política é onde se misturam esperanças e ações, onde se efetua, por conseguinte, um contrato de idealidade social entre dirigentes e cidadãos” (CHARAUDEAU, 2016, p. 19). Em outras palavras, podemos ver sequências discursivas voltadas a argumentos de ordem moral com promessas de um amanhã melhor. A população em geral anseia pelo fortalecimento das ações voltadas aos programas sociais para diminuição das desigualdades sociais e para a solução de problemas econômicos. Então, a tarefa das políticas sociais é desenhar os modos como vivemos e a estrutura institucional e cultural de nossas vidas, de modo a favorecer os aspectos benignos e suprimir os aspectos grosseiros e destrutivos de nossa natureza fundamental (CHOMSKY, 2019).

Sendo assim, a política faz parte do nosso cotidiano e influencia nossas vidas de forma direta e indireta. Por isso, precisamos ficar atentos aos candidatos que elegemos como nossos representantes nos Poderes Executivos e Legislativos situados em qualquer esfera: federal, estadual ou municipal.

Nos parágrafos em seguida, buscaremos identificar as prováveis falácias discursivas empregadas no discurso de posse. Durante nossas pesquisas, percebemos algumas distorções nos pronunciamentos de presidentes no decorrer da história do Brasil, especialmente o proferido no dia 1º de janeiro de 2019, pois nem todos os antecessores de Bolsonaro, desde o período da redemocratização, a partir do ano de 1985, fizeram explicações tão alarmantes, especialmente sobre a “questão ideológica” que tanto foi debatida durante sua campanha. Na ocasião, ressaltamos que “análise do discurso não é uma investigação policial. O interesse da análise é pela ideologia transmitida pelo enunciador inscrito no interior do discurso, ou seja, aquele que, no discurso, diz *eu*” (FIORIN, 1988, p. 16). Os trechos abaixo foram retirados do pronunciamento oficial, que, conforme dissemos, está disponível nos arquivos digitais da Biblioteca da Presidência da República.

Destacamos os seguintes trechos:

[...] Aproveito este momento solene e convoco cada um dos congressistas para me ajudarem na missão de restaurar e de reerguer nossa pátria, libertando-a, definitivamente, do jugo da corrupção, da criminalidade, da irresponsabilidade econômica e da submissão ideológica.

[...] Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero,

*conservando nossos valores. **O Brasil voltará a ser um país livre das amarras ideológicas.***

*[...] Precisamos criar um ciclo virtuoso para a economia que traga a confiança necessária para permitir abrir nossos mercados para o comércio internacional, estimulando a competição, a produtividade e eficácia, **sem o viés ideológico.*** (BOLSONARO. Congresso Nacional, 2019. Grifos nossos)

Na ocasião, como forma de fortalecer nossas percepções, apresentamos também trechos do discurso pronunciado em frente ao Palácio do Planalto, no parlatório:

*[...] Mas ainda há muitos desafios pela frente. **Não podemos deixar que ideologias nefastas venham dividir os brasileiros. Ideologias que destroem nossos valores e tradições, destroem nossas famílias, alicerce da nossa sociedade.***

*[...] Temos o grande desafio de enfrentar os efeitos da crise econômica, do desemprego recorde, da **ideologização das nossas crianças**, do desvirtuamento dos direitos humanos e da desconstrução da família.*

*Também é urgente acabar com a **ideologia que defende bandidos e criminaliza policiais.** Que levou o Brasil a viver o aumento dos índices de violência e do poder do crime organizado que tira vidas inocentes, destrói famílias e leva insegurança a todos os lugares. Nossa preocupação será com a segurança das pessoas de bem. E a garantia do direito de propriedade e da legítima defesa. E o nosso compromisso é valorizar e dar respaldo ao trabalho de todas as forças de segurança.*

*[...] **Vamos retirar o viés ideológico de nossas relações internacionais.** Vamos em busca de um novo tempo para o Brasil e para os brasileiros. Por muito tempo o país foi governado atendendo a interesses partidários que não o dos brasileiros. Vamos restabelecer a ordem nesse país.* (BOLSONARO. Parlatório, 2019. grifos nosso)

Estes pronunciamentos são discursos políticos situacionistas que visam o fortalecimento do mandato concedido pela nação brasileira. Com essas afirmações acima, podemos fazer uma relação com o conceito de ideologia que apresentamos na seção da fundamentação teórica deste estudo. Fiorin (1988, p. 13) afirma que “ideologia é o conjunto de representações elaboradas a partir da aparência do real, o conjunto de racionalizações que justificam, no nosso caso, a sociedade burguesa”. A sociedade materializa nossos pensamentos e as nossas visões de mundo são moldadas por diversas percepções. Sabemos que o conceito de ideologia é muito abrangente e difícil para ser

discutido, mas norteamos nossas discussões com base nas pesquisas de Louis Althusser abordadas no livro *Aparelhos Ideológicos do Estado* (AIE). Segundo Althusser:

A representação ideológica da ideologia é obrigada a reconhecer que todo o 'sujeito', dotado de uma 'consciência' e crendo nas 'ideias' que a sua consciência lhe inspira e que aceita livremente, deve 'agir segundo as suas ideias' deve, portanto inscrever nos actos da sua prática material as suas próprias ideias de sujeito livre. (ALTHUSSER, 1985, p. 86)

Em outras palavras, sujeito, consciência e ideias são os pilares fundamentais para conceituar o termo ideologia, pois o ser humano possui uma consciência repleta de ideias que inspiram suas ações. Sendo assim, as diversas formas de viver, de agir e de pensar possuem ideologias atreladas ao nosso cotidiano. Somos sujeitos discursivos e temos uma ideologia naturalizada em nossas vidas de forma consciente e até mesmo inconsciente. Diante disso, podemos trazer à tona as afirmações de Maria Cristina Leandro Ferreira: “[...] o sujeito assim como é afetado pela formação discursiva onde se inscreve, também a afeta e determina em seu dizer. O efeito-sujeito seria o resultante desse processo de assujeitamento produzido pelo sujeito em sua movimentação dentro de uma formação discursiva” (FERREIRA, 2003, p. 43).

Com base nos conceitos expostos, podemos afirmar que a língua faz parte do conjunto discursivo que traz de forma internalizada nossas ideologias, pois o sujeito como agente inserido em um contexto social e histórico está passível de influências que moldam o pensamento do indivíduo. Desta forma, o termo “*submissão ideológica*”, entre outras afirmações relacionadas à ideologia citadas por Bolsonaro, tornam-se irrelevantes, pois o sujeito inserido em qualquer contexto político, social e econômico estará passível a influências ideológicas. Diante disso, podemos fazer um recorte das seguintes frases em ordem de fala: “*submissão ideológica / O Brasil voltará a ser um país livre das amarras ideológicas / sem o viés ideológico*”. Fica uma dúvida sobre as intenções do Presidente ao explicar esses comentários. Sabemos que é impossível governar uma nação com a complexidade do Brasil (como qualquer outra) sem doutrinas e vertentes ideológicas. Sendo assim, são afirmações falaciosas, pois serão tomadas medidas administrativas, técnicas e jurídicas com base em conceitos ideológicos. Além disso, quando nos posicionarmos em qualquer ambiente discursivo, temos uma visão ideológica naturalizada. As diferentes posições dos sujeitos, os embates e as situações divergentes são marcas ideológicas. Nesse sentido, a ideologia está estreitamente interligada com a noção de sujeito e discurso. A concepção do mundo do sujeito está inserida em determinado contexto social, em uma circunstância histórica. Linguagem e ideologia estão vinculadas a toda e qualquer palavra enunciada, e, portanto, identificamos as ideologias impregnadas. Além disso, o sujeito discursivo é diversificado, ou seja, é moldado por diferentes vozes e, por isso, inscreve-se em diferentes formações discursivas e ideológicas.

Com base em Copi (1978), podemos considerar esse discurso uma falácia discursiva de relevância (não formal), pois utiliza argumentos ou raciocínios que, embora incorretos, podem ser psicologicamente persuasivos, ao utilizar premissas logicamente irrelevantes para as conclusões. Portanto, estes pronunciamentos chamam nossa atenção, pois a população e a mídia absorvem a maioria dessas informações sem compreender o grau da gravidade, ao se afirmar que governará “*sem viés ideológico*”.

Diante disso, fica uma questão para refletirmos: ao externar uma preocupação com questões relacionadas à ideologia, talvez, na visão do presidente, esse conceito estaria

ligado a posicionamentos de esquerda, ao comunismo e a Karl Marx. Todavia, sabemos que esta visão distorce todos os conceitos teóricos abordados no decorrer desta pesquisa. Vários analistas afirmam que o governo Bolsonaro pratica uma política neoliberal focada em posicionamento de extrema-direita, e logo percebemos que há uma ideologia que está sendo seguida. Além disso, durante sua campanha defendeu-se com veemência o neoliberalismo, que busca a intervenção mínima do Estado na economia.

Na ocasião abrimos um parêntese para refletirmos que a ascensão de Jair Bolsonaro no poder foi de encontro aos paradigmas de uma eleição tradicional e surpreendeu especialistas da área política. Ele tinha apenas oito segundos na propaganda de rádio e televisão, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Nesse contexto, podemos afirmar que durante as últimas eleições presidenciais no ano de 2018, a rede mundial de computadores vinculada aos aplicativos de mensagens instantâneas e as redes sociais influenciaram para nortear um novo estilo de campanha política partidária. Isso deixa um alerta para a população, pois, antes dizíamos que, para que nosso discurso “tivesse força”, deveríamos estar em espaços de poder, como, por exemplo, assembleias, congregações, câmaras com grande público. Contudo, com o avanço das mídias digitais e as redes sociais cria-se um novo espaço de fala. Obviamente, o número de seguidores influencia na disseminação do discurso e também os algoritmos computacionais são responsáveis por controlar essa divulgação em larga escala. A internet e seus aplicativos são ferramentas indispensáveis para democratização do acesso à informação, mas também podem ser usados de forma maliciosa para persuadir e influenciar pessoas na implantação de ideologias extremistas que minam o Estado democrático de direito.

Após a posse e durante o seu mandato podemos ressaltar que em certas situações discursivas o atual PR muda sua narrativa. Por exemplo, em ambientes internos e controlados do Palácio do Planalto ou em solenidades oficiais sua postura discursiva pode parecer mais tranquila e cordial com a presença de outras autoridades, ou seja, na presença de pessoas que possuem interesses mútuos e políticos. Porém, em ambientes externos próximos aos jornalistas, profissionais, estes considerados adversários pelo grupo bolsonarista, sua agressividade chama a atenção da sociedade, pelos seus discursos de ódio, que menosprezam as minorias sociais, apresentando visões distorcidas e de extrema direita que exaltam a ditadura militar brasileira, especialmente defendendo as práticas de tortura realizadas naquela época (1964-1985).

Na oportunidade, destacamos algumas das seguintes declarações, que causaram repúdio até por membros mais conservadores no Parlamento: “*O erro da ditadura foi torturar e não matar*” (2008 e 2016); durante a votação do processo de *impeachment* da primeira mulher presidenta, “*pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra⁴, o pavor de Dilma Rousseff [...], o meu voto é sim*” (2016); no final de abril de 2020, quando foi questionado por um jornalista o que ele tinha a dizer sobre o recorde diário de mortes em decorrência da pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), respondeu: “*E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre*” (em referência ao seu nome, Jair Messias); ou quando se fala em poluição ambiental: “*É só você deixar de comer menos um pouquinho. Quando se fala em poluição ambiental, é só você fazer cocô dia sim, dia não, que melhora bastante a nossa vida também, está certo?*”.

⁴ **Carlos Alberto Brilhante Ustra** foi coronel do Exército brasileiro. Entre 1970 e 1974, chefiou o DOI-Codi do 2º Exército, em São Paulo, período em que ficou conhecido pelo apelido de “Doutor Tibiriçá”. Acusado pelo desaparecimento e morte de pelo menos 60 pessoas, foi condenado em 2008 pela Justiça brasileira como torturador durante a Ditadura Militar. In: <https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/ustra/>. Acesso em: 10/11/2021.

Essas são apenas algumas das muitas declarações de natureza semelhante pronunciadas pelo presidente do Brasil. A esse respeito, podemos fazer uma analogia ao termo “liturgia do cargo”, que foi utilizado pelo presidente José Sarney para descrever o comportamento de um político para preservação da sua imagem dentro de certos limites educacionais, morais e legais, no exercício da autoridade. Com base em tantas outras declarações, ações e atitudes, afirmamos que a “liturgia do cargo” de chefe de Estado e de governo da República Federativa do Brasil não está sendo respeitada por Jair Bolsonaro.

4. Considerações finais

Por fim, com bases em nossas análises, Bolsonaro dissemina maciçamente que “as ideologias (de gênero, de esquerda, do comunismo, etc.) são prejudiciais para o pleno desenvolvimento do país” e que o termo “ideologia” remete exclusivamente às pessoas comunistas que são teórica e praticamente as pessoas de esquerda, que defendem fortemente a inclusão social e lutam contra as desigualdades sociais. Em outras palavras, percebemos um discurso voltado ao populismo de direita, que é uma ideologia política, pois “ataca o pensamento crítico, mina os atos de coragem cívica, desmantela a ação coletiva genuína dos movimentos sociais, suprime as formas democráticas de oposição e esmaga os oponentes políticos com perseguições e ameaças” (GIROUX, 2020, p. 23). De acordo com os cientistas políticos, as práticas mais comuns do populismo de direita são a realização das vontades do governante como se fossem vontades do povo, o discurso antielite, ataques contra o intelectualismo e o cientificismo, críticas aos movimentos migratórios e sociais, além de um discurso político moralista com forte apelo religioso. Em linhas gerais, devemos sempre ficar atentos aos discursos pronunciados pelas autoridades, e interpretar de forma crítica suas ações e atitudes durante o período pré-eleitoral e durante o mandato, pois não há discurso sem ideologia.

5. Referências

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, v. 2, 1985.
- BRASIL, Presidência da República. Palácio do Planalto. **Discursos do Presidente Jair Bolsonaro**. Brasília, 1º de jan. 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos/2019/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-posse-no-congresso-nacional>> Acesso em: 7 set. 2020.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 15 nov. 2021
- BBC NEWS. **'País de maricas'**: 9 frases de Bolsonaro sobre pandemia que matou 162 mil pessoas no Brasil. Porta Uol. São Paulo/Rio de Janeiro, 11 nov. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2020/11/11/pais-de-maricas-9-frases-de-bolsonaro-sobre-pandemia-que-matou-162-mil-pessoas-no-brasil.htm?cmpid=copiaecola>> Acessado em: 07 fev. 2021
- CARTA CAPITAL. **Bolsonaro em 25 frases polêmicas**. Política. São Paulo/Rio de Janeiro, 29 out. 2018. Disponível em:

- <<https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>>. Acesso em: 07 fev. 2021
- COPI, Irving M. **Introdução à lógica**. 2. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1978, p. 73-103.
- CHARAUDEAU, Patrick. **A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas**. São Paulo: Contexto, 2016.
- CHOMSKY, Noam. “**Chomsky: ‘por que tenho esperanças’**”, Outras Palavras, 15 jan. 2019.
- DIJK, Teun A. Van. **Discurso e poder**. Judith Hoffnagel, Karina Falcone (Org.). São Paulo: Contexto, 2008.
- FIORIN, José Luiz. **O regime de 1964: discurso e ideologia**. 1. ed. São Paulo: Atual, 1988.
- FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **O quadro atual da Análise de Discurso no Brasil**. Espaços de Circulação da Linguagem. Letras – n.º 27. Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal de Santa Maria. Julho/Dezembro, 2003.
- GIROUX, Henry A. **Crescimento do populismo de direita: linguagem violenta e soluções simplistas geram mais ódio e opressão**. Le Monde Diplomatique Brasil, São Paulo, ano 14, n. 151, fev. 2020, p. 23.
- JUNIOR, José Nivaldo. **Maquiavel o poder: história e marketing**. Coleção a obra-prima de cada autor. Edição especial, São Paulo: Editora Martin Claret, 2012.
- MARQUES, Welisson. **Metodologia de Pesquisa em Análise do Discurso Face aos Novos Suportes Midiáticos**. Domínios de Linguagem, Revista Eletrônica de Linguística, v.5, n.º 01, p. 58-73, 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/12277/8054>> Acesso em: 1 maio 2021.
- MAZIÈRE, Francine. **A análise do discurso: história e práticas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e Análise do Discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- WODAK, Ruth. **Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos**. In: Linguagem em (Dis)curso, Tubarão, v. 4, n. esp, p. 223-243, 2004.